

O conexionismo como subsídio para o debate sobre o paradigma da objetividade jornalística*

Ricardo Luís Düren**

Onici Claro Flôres***

Resumo

Este artigo propõe invocar o paradigma do conexionismo, integrante do leque das Ciências Cognitivas, para ampliar os debates acerca do conceito de objetividade jornalística. O artigo descreve que, na ótica conexionista, estímulos externos acionam paralelamente redes de neurônios no cérebro do indivíduo, que se influenciam simultaneamente gerando respostas rápidas. Conforme este paradigma, o mesmo ocorre na leitura, na qual a visualização do texto aciona diversas redes neurais onde estão armazenadas informações já existentes, advindas da experiência e do aprendizado. Desta forma, o conexionismo entende que, no ato de ler, o indivíduo reconstrói o texto sob influência de seu conhecimento prévio. A partir da visão conexionista, este artigo propõe lançar novos questionamentos em torno do conceito de objetividade, mostrando que no próprio ato de compreender um texto ocorrem fenômenos que distanciam o leitor ou o receptor do sentido pleno previsto pelo autor.

Palavras-chave

Objetividade; jornalismo; conexionismo; ciência cognitiva; compreensão.

Abstract

This article aims at relying on the connectionism paradigm, which belongs to the Cognitive Sciences range, in order to enlarge the debate about the concept of journalistic objectivity. The article describes that, in the connectionist perspective, external stimuli trigger parallel networks of neurons in the brain of the individual, that influence themselves simultaneously, generating fast responses. Under this paradigm, the same is true in reading, in which the text display triggers various neural networks where information is already stored, coming from experience and learning. Thus, connectionism believes that in the act of reading, the text is reconstructed by the individual under the influence of his/her prior knowledge. From the connectionist view, this article aims at launching new questions around the concept of objectivity, showing that in the act of understanding a text, itself, phenomena that distance the reader or receiver of the full meaning provided by the author of that particular text occur.

Key-words

Objectivity; journalism; connectionism; cognitive science; comprehension.

* Artigo recebido em 21/08/2011 e aprovado em 13/10/2011.

** Graduado em Comunicação Social. Aluno no Mestrado em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista CAPES.

*** Doutora em Linguística e Letras pela PUCRS. Professora no Mestrado em Letras da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

1. Introdução

Inspirado no jornalismo norte-americano, o jornalismo brasileiro tem na busca pela objetividade uma de suas principais metas. A aplicação da objetividade no jornalismo consiste no relato de fatos e/ou situações de forma isenta, não influenciada por opiniões, posturas políticas e preconceitos do jornalista ou da empresa jornalística que fornece a plataforma para a narrativa. Também exige que o relato dos incidentes que são tema da notícia em questão seja fiel ao que realmente ocorreu.

Entretanto, entre teóricos do jornalismo há questionamentos quanto à viabilidade da objetividade. Tais pesquisadores focam sua atenção no jornalista, sugerindo que, apesar de seus esforços e boa intenção, o profissional pode construir sua narrativa sob influência, mesmo que inconsciente, de suas opiniões e preconceitos. Observam também que, como geralmente depende de testemunhos de outros indivíduos – visto que raramente é ele próprio testemunha ocular dos fatos que narra –, o jornalista se vê às voltas com diferentes versões dos incidentes, as quais podem advir de pessoas não compromissadas com a veracidade, ou mesmo “contaminadas” inconscientemente por suas impressões ou opiniões. Por outro lado, neste campo de estudo também há teóricos que acreditam na possibilidade de um jornalismo objetivo, desde que embasado em procedimentos de investigação capazes de chegar à verdade dos fatos a serem noticiados.

Diante deste quadro, o artigo propõe levantar novos questionamentos acerca do paradigma da objetividade, com base em pistas fornecidas por estudos científicos situados muito além dos limites da teoria jornalística. Os estudos que embasarão esta análise pertencem à Ciência Cognitiva, termo que remete a pesquisas de caráter transdisciplinar, onde estão presentes, entre outras ciências, a linguística, a psicologia, a filosofia e a neurociência. Já o foco da análise não será o jornalista, mas os processos mentais que atuam na interpretação da narrativa jornalística pelo receptor, mais precisamente durante a leitura do texto noticioso impresso.

Para tanto, deve-se destacar, desde já, que no leque das Ciências Cognitivas há disciplinas para as quais, na leitura, ocorrem processos em que o leitor não é passivo, mas um indivíduo atuante na formação do sentido do texto. Sob esta ótica, o leitor gera novos sentidos – mesmo diferentes dos previstos pelo autor – conforme sua bagagem cultural, suas experiências anteriores, seu conhecimento armazenado no cérebro. Tal perspectiva sugere que mesmo um jornalista considerado plenamente objetivo, capaz de

narrar os fatos com total fidelidade, não conseguiria transmitir a informação de forma objetiva, pois na outra ponta seu texto estaria à mercê destes processos de compreensão realizados pelo leitor.

A ideia de que o leitor “reescreve” o texto é aceita, por exemplo, pela linguística e pela psicologia cognitiva. Na presente análise, entretanto, será invocada a abordagem conexionista, onde são empregados conceitos da área da neurociência, incluindo, portanto, experiências com o cérebro. Dessa forma, propõe-se ofertar, ao campo do estudo do jornalismo, um olhar acerca do paradigma da objetividade embasado, inclusive, em pesquisas biológicas sobre o funcionamento do cérebro humano.

2 Conceitos: objetividade jornalística e conexionismo

Para fins desta proposta de análise, faz-se necessária inicialmente uma conceituação da objetividade jornalística, na qual também deverão constar a história de seu surgimento e as constatações que originaram questionamentos acerca deste paradigma por parte de teóricos do jornalismo. Em um segundo momento, será enfocada a Ciência Cognitiva e sua ramificação conhecida como conexionismo, com destaque para os apontamentos destas pesquisas que interessam à exposição. Dessa forma, serão priorizados os conceitos em torno do processo de interpretação textual em que o leitor, com base em seu conhecimento prévio, gera sentidos diversos em relação ao proposto pelo autor.

2.1 O jornalismo e a objetividade jornalística

O desenvolvimento da prática do jornalismo¹ seguiu-se a mudanças geradas por duas grandes revoluções da História. A primeira foi a Revolução Francesa. Segundo Marcondes Filho (2000), ao mesmo tempo em que ocasionou a queda de regimes monárquicos, a Revolução Francesa gerou uma acessibilidade maior ao conhecimento, até então restrito à Igreja e à aristocracia – que podia frequentar as universidades. Com a revolução na França e a ascensão do Iluminismo, surgiu o que Marcondes Filho chama de “primeiro jornalismo”, interessado em expor toda informação antes restrita às classes socialmente dominantes. Os jornais, que antes da Queda da Bastilha já vinham sendo usados pela burguesia para atacar a aristocracia e o Estado, modernizaram-se após a revolução e se tornaram eficientes canais de transmissão de plataformas políticas.

¹ Entendemos aqui jornalismo como a atividade que, conforme define Bulhões (2007), apura acontecimentos e difunde informações da atualidade, buscando prestar um testemunho do real.

Tratava-se, portanto, de uma imprensa partidária, não interessada no lucro, mas na formação ideológica.

O “segundo jornalismo” surgiu na segunda metade do século XIX, especialmente na Inglaterra e Estados Unidos, em decorrência da Revolução Industrial. Marcondes Filho (2000) explica que, no período, os jornais abandonaram o caráter político em prol do caráter comercial. Conforme o autor, o desenvolvimento de novas tecnologias de impressão – capazes de atender à demanda em expansão de pessoas alfabetizadas – levou as empresas jornalísticas a fazerem grandes investimentos. Para cobrir os gastos, tornou-se necessário abandonar o caráter partidário, que restringia a venda do jornal a um público específico, possibilitando a comercialização a mais indivíduos, independentemente de suas preferências políticas.

Além de cobrir os gastos, a medida possibilitou maiores lucros. Lage (1993) lembra que o desenvolvimento capitalista decorrente da Revolução Industrial também ocasionou o surgimento da publicidade², que veio a se transformar na principal fonte de renda dos jornais. Ao mesmo tempo, a publicidade tornou-se mais um obstáculo à continuidade do jornalismo partidário, na medida em que a divulgação de alguma ideologia poderia afastar determinada classe de anunciantes. Amaral (1996) refere a influência das agências de notícias, que surgiram antes da metade do século XIX com objetivo de comercializar aos jornais textos noticiosos. Tais agências optaram pela neutralidade, para ampliar o número de empresas jornalísticas clientes.

Com tudo isso, a imprensa começou, portanto, a engatinhar na busca pela notícia desprovida de opinião ou postura política, supostamente fiel aos fatos. Teve início o paradigma da objetividade jornalística, que Amaral (1996) define como a transmissão da informação com imparcialidade e isenção. Sponholz complementa o conceito afirmando que a objetividade pode ser definida como “a adequação de uma representação à realidade” (2009, p. 18). No caso, realidade é o fato ocorrido, enquanto representação é o relato jornalístico. Para a autora, a objetividade reside na existência de concepções de verdade no interior da relação entre a realidade primária (o fato ocorrido) e a realidade midiática (a representação).

É fato que o paradigma da objetividade tem sido alvo de questionamentos por parte de estudiosos do jornalismo. Para Bulhões, o real – que o jornalismo objetivo

² No caso, a veiculação de anúncios nos jornais, mediante pagamento, para divulgação de produtos e serviços.

busca transmitir –, ao ser recontado, é submetido a um “caleidoscópio de versões” (2007, p.22) e, dessa forma, acaba influenciado por relações sociais e econômicas. Silva defende que a neutralidade é um mito do jornalismo, o qual, para o autor, produz versões ao tentar contar a verdade e, assim, “fabrica visões de mundo” (2006, p. 106). Silva vai além e cita a rendição dos repórteres à chamada espetacularização da notícia, em que o fato real ganha novos contornos por meio de uma narrativa dramática, com objetivo de chamar a atenção do público.

A postura de Silva é bastante antagônica em relação a Sponholz (2009), que acredita na possibilidade de se alcançar a objetividade. Embora admitindo tratar-se de um grande desafio, a autora defende que a objetividade pode ser atingida mediante a adoção de técnicas adequadas de investigação, como a constante busca pela confirmação ou negação de diferentes versões que chegam ao jornalista. Vai mais longe: acusa a ideia da objetividade como inatingível de jogar ao abandono repórteres interessados em investigar fatos na busca pela verdade. “Quando se assume a postura de ‘objetividade-não-existe’, coloca-se em dúvida qualquer esforço despendido em descobrir algo sobre a realidade” (SPONHOLZ, 2009, p. 10). Nota-se, portanto, que as opiniões em torno do paradigma da objetividade estão longe de um consenso entre teóricos do jornalismo.

2.2 A ciência Cognitiva e a abordagem conexionista

A partir de agora se coloca temporariamente à parte a teoria jornalística para se ingressar no campo do conexionismo, paradigma que, conforme Rossa (2004), entende que os processos mentais, a aquisição do conhecimento e a aprendizagem de linguagem ocorrem no cérebro através de fenômenos físico-químicos. O conexionismo surgiu entre as décadas de 1950 e 1960, mas, segundo Rossa, não apresentou grande evolução no período em função das limitações tecnológicas. Entretanto, ressurgiu nos anos 1980 por conta do avanço na área computacional, muito empregada nas pesquisas conexionistas, assim como o são as recentes descobertas a respeito do sistema nervoso central, conforme será visto a seguir.

Antes, é preciso destacar que o conexionismo integra o vasto leque de correntes da Ciência Cognitiva, definida por Teixeira como “uma ciência interdisciplinar, lançando mão dos recursos da psicologia, da linguística, da ciência da computação e das neurociências” (2004, p. 16). O autor explica que, basicamente, a Ciência Cognitiva

surgiu – há cerca de 40 anos – da tentativa de se compreender as atividades mentais humanas por meio de simulações em computador. Convém ressaltar que os estudos ligados à cognição ganharam caráter interdisciplinar em função da constatação de que influências do meio interferem no processo cognitivo, o qual não se restringe, portanto, às questões internas do indivíduo. Segundo Teixeira, a primeira etapa da tentativa de simular o comportamento humano envolve o estudo do funcionamento do cérebro, a partir da neurociência. Só após as constatações advindas da neurociência surge a possibilidade de reproduzir em uma simulação o comportamento.

A neurociência também é a grande fonte de informações do conexionismo. Como salienta Poersch (2007), o conexionismo não se embasa em hipóteses explicativas, mas, sim, nas descobertas neurocientíficas. Com tal afirmação, o autor refuta o paradigma mentalista (ou simbólico), corrente da Ciência Cognitiva que trabalha com a *hipótese* da existência da mente imaterial, separada do cérebro (material). Para o mentalismo, a cognição ocorre por meio de representações na mente, mediante símbolos prontos e dispostos serialmente. Já o conexionismo entende por mente o conjunto de processos que ocorrem no cérebro, processos que são físicos – envolvendo impulsos elétricos e químicos em redes de neurônios. Para Poersch, o conexionismo tornou-se uma terceira via entre duas correntes cognitivas antagônicas, a mentalista e a behaviorista, esta caracterizada por negar a existência da mente e entender o aprendizado como mera resposta a estímulos do meio.

Como a presente análise busca privilegiar, portanto, a visão conexionista, não aprofundará os conceitos dos demais paradigmas cognitivos, concentrando-se agora em alguns apontamentos desta terceira via citada por Poersch (2007). Para abordar a óptica conexionista, o autor inicialmente trata da formação do cérebro com base nas descobertas da neurociência. Descreve que o cérebro tem milhões de neurônios que, ligados em paralelo, formam redes. Os neurônios são unidades do sistema nervoso que possibilitam que o cérebro armazene informações e efetive respostas diante de estímulos. São dotados de axônios (transmissores de eletricidade) e de dendritos (receptores de eletricidade). Nos neurônios que fazem conexão uns com os outros, há espaços entre os axônios e os dendritos onde ocorrem reações químicas conhecidas como sinapses, que geram as respostas aos estímulos.

O grande mote do conexionismo reside na constatação de que esta ativação de informações nos neurônios ocorre em paralelo, e não de forma serial, como sugere uma

visão simbolista. Construída sob as bases da neurociência, a óptica conexionista tem como princípio que todo o conhecimento humano está armazenado nas redes de neurônios e que, “cada vez que um estímulo (input) ativa um dos neurônios da rede, toda a rede será ativada [por meio das sinapses], reinstanciando a resposta (output)” (CHIELE, 2004, p. 64). Isto faz do cérebro, conforme ressalta Poersch, “um computador em paralelo de alta complexidade, [...] capaz de organizar os neurônios de maneira tal que consiga realizar certas computações muitas vezes mais rápido que o mais rápido computador digital” (2007, p. 252). Neste contexto, os estudos neurobiológicos que embasam o conexionismo também confirmam a existência de uma plasticidade do cérebro, cujas operações se qualificam com o aprendizado, sendo capazes de se adaptar ao meio ambiente.

Numa óptica da Ciência Cognitiva, o conexionismo busca simular estes processos adotando determinadas estratégias em modelos computacionais. Ao mesmo tempo, privilegia justamente o estudo de como ocorrem as sinapses ligadas à aquisição de linguagem e de conhecimento, bem como à leitura. Dessa forma, por meio da análise conexionista, é possível ter uma visão de como a leitura se processa no cérebro e de como sofre influências não previstas pelos autores do texto lido. Este é o assunto que será tratado no tópico a seguir.

3. Como a leitura se processa, conforme o conexionismo

A visão conexionista de que estímulos acionam paralelamente os neurônios e as redes interneurais do cérebro também se aplica, neste paradigma, ao caso do processamento da leitura e do aprendizado através dela. Chiele (2004) explica que, durante a leitura, o significado das palavras é obtido diretamente através da ativação simultânea, no cérebro, dos códigos ortográfico, fonológico e semântico. Ou seja, a ativação da rede de neurônios responsável pelo processamento ortografia-significado também ativa, de forma paralela, a rede ortográfico-fonológica. Dessa forma, mesmo que o processo em questão não envolva a fala – no caso da leitura silenciosa, por exemplo –, a informação fonológica se torna disponível e facilita o desempenho do leitor. Em leitores habilidosos, segue Chiele (2004), o reconhecimento de uma palavra aciona simultaneamente, no cérebro, muitas informações que têm relação com a palavra lida, agilizando ainda mais a leitura. Equivale a dizer que, no ato de ler, ocorre uma intercomunicação simultânea entre várias redes cerebrais, fazendo com que diversas

informações (ortográficas, fonológicas, semânticas, pragmáticas...) já armazenadas na memória influenciem no processo.

Chiele (2004) ressalta, entretanto, que a leitura compreensiva exige também a construção, por parte do leitor, de um modelo mental que represente o “mundo” ao qual o texto se refere, o que é imprescindível para a compreensão, memorização e armazenamento da informação nova. No início da leitura de um texto, esta representação é precária e provisória, mas se qualifica na medida em que a leitura avança através do processamento das orações e parágrafos, enfim, do avanço ao longo do texto. Tal fenômeno fica claro, na avaliação de Chiele, no processamento de textos onde, por questões estilísticas, os acontecimentos são apresentados fora de sua ordem cronológica. À medida que a leitura avança, o cérebro do indivíduo reordena as informações advindas do texto e, ao mesmo tempo em que várias redes neurais com informações diversas se integram ao processo, surge um modelo mental em que os fatos narrados aparecem representados em sua devida ordem cronológica.

Salta aos olhos, nesta visão do processo de leitura, a importância da bagagem de informações já existente no cérebro, advinda do aprendizado e de experiências anteriores, que está pulverizada entre as redes neurais e surge por meio de sinapses em paralelo entre os neurônios destas redes, facilitando a compreensão. Quanto mais informações prévias o cérebro dispuser, maior a agilidade na compreensão da leitura. Como descreve Poersch (1999),

no cérebro [...] os dados trazidos pelo texto, juntamente com os dados previamente armazenados, começam a ser processados. Como conhecimento significa conexões sinápticas, se os dados de input encontram o caminho ou a conexão até os dados armazenados, esses dados armazenados são ativados. [...] Se os dados de input não encontram um caminho previamente trilhado, eles precisam ser integrados em algum dado já armazenado. Essa integração significa criação de uma nova conexão; em outras palavras, significa aprender. (apud CHIELE, 2004, p. 72).

Nota-se que aqui, além de abordar a participação do conhecimento prévio no processo, Poersch explica como ocorre o aprendizado – o qual também passa a fazer parte do conhecimento prévio. Castro (2007) complementa a observação ressaltando que este novo conhecimento, ao se integrar ao já existente no cérebro, estabelecerá novas conexões entre as redes neurais – o que tende a qualificar o indivíduo em termos de respostas rápidas a determinados estímulos, inclusive os de leitura, se for o caso. Por sinal, em outro texto Castro

(2004) também ressalta que o conhecimento novo pode ser tanto lembrado quando esquecido conforme a intensidade com que foi “gravado”. No caso da leitura, a atenção do leitor ao texto interfere na força da interconexão entre as redes neurais e influi na memorização, a qual, posteriormente, influi no processamento de informações novas.

3.1 Sob esta óptica, a compreensão da leitura é objetiva?

A abordagem conexionista do processamento da leitura apresenta uma descrição do cérebro como o mais eficiente dos computadores, como compara Poersch (2007). A noção de processamento textual de forma paralela e instantânea, em redes neurais, mostra o quão eficiente pode ser a leitura. Por outro lado, sugere que o processo de compreensão, ainda no caso do texto, não ocorre necessariamente como o previsto pelo autor, na medida em que depende das sinapses em torno de informações preexistentes no cérebro do leitor. O fenômeno é constatado nas simulações de redes conexionistas, as quais, segundo Chiele, são capazes de produzir outputs imprevistos, de construir novas respostas a partir da “generalização das informações já armazenadas” (2004, p. 65). O mesmo ocorre, segundo a autora, no processamento textual e no processamento inferencial.

Neste aspecto, o conexionismo vem a apresentar uma confirmação neurobiológica ao que a linguística, por exemplo, já apontava em relação ao processo de inferência. Conforme explica Dell’Isola (2001), a inferência é uma operação mental provocada pelo texto, através da qual o leitor compreende com auxílio de seu conhecimento prévio, também influenciado pelos contextos psicológico, social, cultural e situacional, dentre outros. Citando vários linguistas, Dell’Isola apresenta uma série de classificações para as inferências, conforme suas funções no processo de compreensão. Dentre tais classificações, há inferências obrigatórias, cuja ocorrência é prevista pelo autor, e inferências facultativas, que enriquecem o texto mesmo sendo imprevistas. Outra classificação que merece destaque na presente análise é a das inferências não autorizadas, parecidas com as facultativas, em que o leitor chega a conclusões indesejadas pelo autor. De forma geral, Dell’Isola mostra que no processo inferencial o leitor “reescreve” o texto, sob influência de seu conhecimento prévio, seu contexto sociocultural, seu julgamento.

O que não significa que a linguística entenda a inferência como algo negativo, como uma espécie de causadora de imprecisão na compreensão textual. Ao contrário, o fenômeno é necessário na medida em que possibilita a compreensão, mesmo que

diversa daquela que o autor previa. Como afirma Marcuschi, “o sentido não está nem no texto nem no leitor nem no autor, e sim numa complexa relação interativa entre os três e surge como efeito de uma negociação” (2008, p. 248).

Visão parecida em torno do assunto é apresentada – para ampliar a gama de exemplos teóricos – pela psicologia cognitiva. Maltin conceitua a inferência como uma interpretação ou conclusão que “não faz parte do estímulo original” (2004, p. 180). Segundo a autora, a inferência pode ser um raciocínio lógico ou a fusão entre os novos estímulos e o conhecimento prévio, em que o leitor ou ouvinte constrói representações que vão além das informações fornecidas pelo autor ou falante.

Nota-se, novamente, a presença do conceito de construção de representações, também na visão conexionista da compreensão textual. Biologicamente destrinchada pela neurociência, a inferência se mostra, de fato, como um fenômeno dependente do conhecimento prévio armazenado de forma pulverizada nas redes neurais, juntamente com pré-julgamentos, opiniões e outros dados vinculados a contextos.

4. Construção de sentidos *versus* objetividade – considerações finais

Basicamente, o que se procurou demonstrar com este artigo é que a compreensão textual varia em relação ao planejado pelo autor, na medida em que o leitor reconstrói a realidade do texto enquanto o lê, empregando em tal reconstrução, mesmo que inconscientemente, as informações previamente armazenadas em seu cérebro. Como foi visto, tal fenômeno não é hipotético: ele é comprovado pela neurociência através das pesquisas com o cérebro humano. Estas pesquisas, em uma ótica conexionista, apontam que o processo de reconstrução do texto com auxílio da informação prévia é necessário para a compreensão. Embora possa acarretar em desvio do proposto pelo autor, a reconstrução é imprescindível.

Dessa forma, procurou-se levantar mais um questionamento diante do paradigma da objetividade jornalística. Afinal, não só o jornalista reconstrói a realidade em seu cérebro quando inserido no ato da apuração jornalística, seja na entrevista, seja na pesquisa documental, por exemplo. O leitor também faz reconstruções da dita realidade diante do texto jornalístico – e, pode-se acrescentar, diante também da reportagem de televisão ou rádio.

Cabe salientar que, por si só, o conceito de inferência na linguística já seria suficiente para nutrir o debate jornalístico de questionamentos da objetividade. A ideia

de que o leitor ou mesmo o ouvinte reconstrói o texto com base em conhecimento prévio, contexto sócio-cultural, preconceitos e opiniões próprias, já serviria de munição para bombardear a ideia de notícia transmitida com plena fidelidade de jornalista para receptor. Entretanto, como já se afirmou, procurou-se aqui privilegiar a visão conexionista, a qual confirma, com base nas descobertas da neurociência, a ocorrência de inferências, a influência do conhecimento prévio. Enfim, por meio do conexionismo, percebe-se que a objetividade jornalística é biologicamente inviável.

Não se pretende, com isso, desestimular os jornalistas a insistirem na busca por métodos de apuração e transmissão de informações que aproximem o conteúdo jornalístico do fato real. Ao contrário, o que se pretende é ampliar este debate, agregando-lhe novos pontos de vista.

Como sugere Sponholz (2009), é necessário um jornalismo focado na objetividade, e que a persiga através da apuração esforçada e por meio de textos qualificados. Entretanto, o jornalismo precisa ter consciência de que acreditar em um conceito de objetividade plena é ingenuidade. Pesquisas de outras áreas, como as das Ciências Cognitivas, podem gerar um ceticismo positivo em jornalistas antes mergulhados na crença da objetividade plena, tornando-os mais atentos e esforçados na tentativa de fazer a maior aproximação possível entre o fato ocorrido e a transmissão da notícia. Conscientes, no caso, de que aproximação não é sinônimo de igualdade.

Referências

AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzatto Editores, 1996.

BULHÕES, Marcelo Magalhães. *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática, 2007.

CASTRO, Joselaine Sebem de. Uma abordagem conexionista na noção de macroestrutura textual. In: ROSSA, A. A.; ROSSA, C. R. (Org.). *Rumo à Psicolinguística Conexionista*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 79-100.

_____. A influência do conteúdo emocional na recordação de textos: uma abordagem conexionista. In: POERSCH, J.M.; ROSSA, A. A. (Org.). *Processamento de linguagem e conexionismo*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 22-60.

CHIELE, Luciana Kerber. A compreensão em leitura sob a perspectiva do conexionismo. In: ROSSA, A; ROSSA, C. R. (Org.). *Rumo à Psicolinguística Conexionista*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 47-77.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

LAJE, Nilson. *Linguagem jornalística*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

MALTIN, Margaret. *Psicologia cognitiva*. Tradução de Stella Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Kacker, 2000.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

POERSCH, José Marcelino. Simulações conexionistas: a inteligência artificial moderna. In: POERSCH, J.M.; ROSSA, A. A.. (Org.). *Processamento de linguagem e conexionismo*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 245-263.

ROSSA, Carlos Ricardo. O paradigma conexionista. In: ROSSA, A. A.; ROSSA, C. R..(Org.). *Rumo à Psicolinguística Conexionista*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. p. 15-30.

SILVA, Juremir Machado da. *As tecnologias do imaginário*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: Além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.

TEIXEIRA, João de Fernandes. *Filosofia e ciência cognitiva*. Petrópolis: Vozes, 2004.